



Número: **0601276-80.2018.6.18.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Dr. Raimundo Holland Moura de Queiroz**

Última distribuição : **08/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Divulgação de Fatos Inverídicos na Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão**

Objeto do processo: **REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA IRREGULAR - PEDIDO DE LIMINAR - HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO - RETRATAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RESISTÊNCIA PELO PIAUÍ 19-PODE / 70-AVANTE / 51-PATRI / 18-REDE / 23-PPS / 43-PV / 44-PRP / 31-PHS (REPRESENTANTE)		ANA MARIA MONTEIRO CAMPELO (ADVOGADO) ISABELLE MARQUES SOUSA (ADVOGADO)	
JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS (REPRESENTADO)			
MARIA REGINA SOUSA (REPRESENTADO)			
A Vitória com a Força do Povo 15-MDB / 11-PP / 14-PTB / 65-PC do B / 22-PR / 12-PDT / 55-PSD / 13-PT (REPRESENTADO)			
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
60216	09/09/2018 16:43	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

GABINETE DO JUIZ MEMBRO DA CORTE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0601276-80.2018.6.18.0000 (PJe) - Teresina - PIAUÍ  
RELATOR: RAIMUNDO HOLLAND MOURA DE QUEIROZ  
REPRESENTANTE: RESISTÊNCIA PELO PIAUÍ 19-PODE / 70-AVANTE / 51-PATRI / 18-REDE /  
23 - PPS / 43 - PV / 44 - PRP / 31 - PHS  
Advogados do(a) REPRESENTANTE: ANA MARIA MONTEIRO CAMPELO - PI17140, ISABELLE  
M A R Q U E S S O U S A - P I 9 3 0 9  
REPRESENTADO: JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS, MARIA REGINA SOUSA,  
A VITÓRIA COM A FORÇA DO POVO 15-MDB / 11-PP / 14-PTB / 65-PC DO B / 22-PR / 12-PDT /  
55 - P S D / 13 - P T  
Advogado do(a) REPRESENTADO: / REPRESENTADO:  
Advogado do(a) REPRESENTADO: / REPRESENTADO:  
Advogado do(a) REPRESENTADO: / REPRESENTADO:

Trata-se de Representação Eleitoral, com pedido de liminar, ajuizada pela COLIGAÇÃO “RESISTÊNCIA PELO PIAUÍ” contra JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, MARIA REGINA SOUSA e COLIGAÇÃO “A VITÓRIA COM A FORÇA DO POVO”, em virtude de suposta prática de propaganda irregular.

O Representante alega, em síntese, que durante o Horário Eleitoral Gratuito do dia 07/09/2017, entre 20:50:19 e 20:55:00, fora veiculada informação sabidamente inverídica no que se refere à inexistência de dívida do Estado do Piauí com a União Federal. Aduz que o Representado JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS afirmou, de maneira claramente inverídica, que:

*“Mesmo na crise, o Piauí mantém a independência do equilíbrio financeiro, ao contrário dos outros estados, inclusive mais ricos. Somos um dos poucos estados sem dívidas com a União. Isso sim é independência.”*

Apregoa que, em consulta ao sítio do Banco Central do Brasil, verificou que até junho de 2018 o Estado do Piauí possuía dívida com o Tesouro Nacional no total de R\$ 205.289.896,34 (duzentos e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos), além de 2.277.317.272,72 (dois bilhões, duzentos e setenta e sete milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Afirma, ainda, que a Secretaria do Tesouro Nacional, em julho/2018, informou, por meio do documento Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito (ID



59033) que a União realizou o pagamento de R\$ 55,49 milhões com o objetivo de honrar contratos de operações de crédito celebrados pelo Estado do Piauí, com garantia da União. Referido documento informa, ainda, que o Estado do Piauí encontra-se impossibilitado de contratar novas operações de crédito com garantia da União, até 23/07/2019, em razão de não honrar com o aval que lhe fora concedido.

Sustenta tratar-se de propaganda irregular uma vez que constitui crime eleitoral divulgar na propaganda eleitoral fatos que sabe inverídicos. Alega, ainda, que referidos fatos inverídicos se mostram perfeitamente capazes de confundir e criar na opinião dos eleitores entendimento diverso da realidade que se apresenta.

Requer, liminarmente, que seja deferido o pedido de tutela antecipada para determinar que os representados se abstenham de veicular propaganda eleitoral contendo informações sabidamente inverídicas e realizem a retratação sob pena de multa a cada reincidência.

No mérito requer que seja confirmada a liminar pleiteada para que os Representados se abstenham de veicular propaganda eleitoral sabidamente inverídica, **bem como que realizem a devida retratação, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa a cada reincidência** e que seja apurada a prática dos crimes eleitorais previstos nos artigos 242 e 323 do Código Eleitoral.

#### **É o relatório.**

Os requisitos básicos para a concessão da tutela de urgência são o *fumus boni iuris* e *opericulum in mora*. O primeiro se refere à demonstração preliminar da existência do direito que se afirma, ao tempo em que o segundo repousa na verificação de que o autor necessita de pronta intervenção jurisdicional, sem a qual o direito invocado tende a perecer.

O caso em apreço, tem, por balizamento, suposta violação ao disposto no artigo 6º da Resolução TSE 23.551/2017, que, reproduzindo parcialmente o artigo 242 do Código Eleitoral, assim dispõe:

*Art. 6ºA propaganda, qualquer que seja sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais (Código Eleitoral, art. 242, e Lei nº 10.436/2002, arts. 1º e 2º).*

*§ 1º Sem prejuízo do processo e das penas cominadas, a Justiça Eleitoral adotará medidas para impedir ou fazer cessar imediatamente a propaganda realizada com infração do disposto neste artigo (Código Eleitoral, art. 242, parágrafo único).*

*§ 2º Sem prejuízo das sanções pecuniárias específicas, os atos de propaganda eleitoral que importem em abuso do poder econômico, abuso do poder político ou uso indevido dos meios de comunicação social, independentemente do momento de sua realização ou verificação, poderão ser examinados na forma e para os fins previstos no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.*

Ainda que referido dispositivo deva ser utilizado com cautela, me parece ser esse um caso para sua aplicação, uma vez que a utilização de publicidade eleitoral para divulgação



de fatos, *prima facie*, inverídicos, tem o condão ludibriar a opinião pública, criando, artificialmente, estados mentais.

Patente, também, o perigo na demora, uma vez que a falta de imediata providência para impedir a exibição da citada propaganda eleitoral poderá ocasionar danos aos demais candidatos.

Por outro lado, não há que se falar em deferimento liminar da retração, uma vez que, *prima facie*, a concessão do direito de resposta depende da divulgação de fato sabidamente inverídico em face de terceira pessoa, como se depreende da análise do artigo 58 da Lei 9.504/1997:

Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, **é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta**, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou *sabidamente inverídica*, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

Neste sentido, decisão do TSE:

ELEIÇÕES 2014. REPRESENTAÇÃO. RECURSO. PROPAGANDA ELEITORAL. DIREITO DE RESPOSTA. ART. 58 DA LEI DAS ELEIÇÕES. FATO SABIDAMENTE INVERÍDICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Para a configuração do direito de resposta, é necessário que o fato atacado esteja revestido de injúria, calúnia, difamação inverdade ou erro.

**2. Somente poderá ser outorgado direito de resposta quando for possível extrair, da afirmação apontada como sabidamente inverídica, ofensa de caráter pessoal a candidato, partido ou coligação.**

3. Não há falar em direito de resposta quando o fato atacado configurar controvérsia entre propostas de candidatos, restrita à esfera dos debates políticos, próprio do confronto ideológico.

4. Recurso a que se nega provimento.

(Representação nº 124115, Acórdão, Relator(a) Min. Admar Gonzaga Neto, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 25/09/2014

Posto isto, CONCEDOa medida liminar para determinar ao representado que se abstenha, a contar do recebimento da intimação, de veicular propaganda eleitoral com menção a ausência de dívida por parte do Estado do Piauí, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Notifique-se o representado para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 1 (um) dia, nos termos do art. 8º, *caput* da Resolução TSE n.º 23.547/2017.

A seguir, dê-se vista dos autos ao MPE para emissão de parecer, nos moldes do art. 12, *caput*, da Resolução TSE nº 23.551/2017.



Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Teresina, 9 de setembro de 2018.

Dr. Raimundo Holland de Moura Queiroz

Juiz Auxiliara da Propaganda Eleitoral

